

ACÇÕES AFIRMATIVAS E A FORMAÇÃO DE PESQUISAS

Affirmative action and the formation of research

Yuri Moura Mata Martins
Mestrando em Saúde da População Negra e Indígena
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Contato: yurimata@aluno.ufrb.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5488-265X>

Denize De Almeida Ribeiro
Doutora em Saúde Coletiva
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Contato: ialode@ufrb.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6280-9989>

Sara Joana Serra Ribeiro
Mestranda em Saúde da Pop. Negra e Indígena
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Contato: sarajoana@aluno.ufrb.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2277-1178>

Maria da Conceição Costa Rivemales
Doutora em Enfermagem
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Contato: mariarivemales@ufrb.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7773-4772>

Marcos Vinicius Mesquita Miranda
Mestrando em Saúde da População Negra e Indígena
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Contato: marvinmesquita@aluno.ufrb.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6352-3025>

Resumo: **Introdução:** A trajetória das populações indígenas é marcada pela defesa e luta por direitos essenciais e constantemente subjugados pelo estado e sociedade. Assim, no cenário nacional e no contexto de formação da sociedade brasileira, a causa indígena é atravessada por diferentes violências, as quais expõem os povos indígenas a situações de vulnerabilidade. No que se refere à saúde dessas populações, a Política Nacional de Saúde Integral da População Indígena emerge como a possibilidade de garantias e melhorias, no entanto, a sua implementação ainda não apresenta mudanças significativas para os povos originários, e caracteriza a falha do estado em assegurar direitos essenciais. Este artigo é um relato de experiência sobre as ações que foram desenvolvidas no evento elaborado pelo Núcleo de Estudos em Gênero e Raça- NEGRAS, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB junto a Pró – Reitoria de Política

Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE e pelo Coletivo de Estudantes Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo relatar a vivência de estudantes, em nível de mestrado, nas atividades em prol de ações afirmativas para os povos indígenas. **Metodologia:** Esta produção trata-se de um estudo qualitativo do tipo relato de experiência, o qual traz uma narrativa científica correspondente a uma modalidade de escrita através da experiência, aqui relatamos uma vivência formativa de ações afirmativas junto ao núcleo de estudo NEGRAS, desenvolvidos nas seguintes atividades: Seminário de Ações Afirmativas e Povos Indígenas (i) e no Cine NEGRAS – Narrativas com e sobre nós: trajetórias dos povos indígenas no Brasil (ii). As atividades tiveram como público alvo a comunidade acadêmica da UFRB. **Resultados e discussões:** Durante a vivência do projeto foi possível ter contato e apreciar saberes e manifestações culturais, além do desenvolvimento das discussões levantadas a respeito do acesso e permanência estudantil, sobretudo como as ações afirmativas são importantes para as populações marginalizadas. **Conclusão:** Narrativas como a da Pajé, assim como outras contadas no documentário, mostram como o processo de afastamento e demonização de um rito ancestral pode gerar diversos desequilíbrios naquele espaço ancestral e de resistência indígena, potencializando e produzindo iniquidades em saúde, apesar do movimento de lutas e conquistas desde o período colonial.

PALAVRAS – CHAVE: Distribuição por etnia. Serviços de Saúde do Indígena. Política de Educação Superior. Políticas públicas.

Abstract: Introduction: The trajectory of indigenous populations is marked by the defense and struggle for essential rights that are constantly subjugated by the state and society. Thus, in the national scenario and in the context of the formation of Brazilian society, the indigenous cause is affected by different forms of violence, which expose indigenous peoples to situations of vulnerability. Regarding the health of these populations, the National Policy for Comprehensive Health of the Indigenous Population emerges as a possibility for guarantees and improvements. However, its implementation has not yet brought significant changes for the native peoples, and characterizes the state's failure to ensure essential rights. This article is an experience report on the actions that were developed in the event organized by the Center for Studies in Gender and Race - NEGRAS, Federal University of Recôncavo da Bahia - UFRB together with the Pro-Rectorate of Affirmative Policies and Student Affairs - PROPAAE and by the Indigenous Students' Collective of the Federal University of Recôncavo da Bahia. **Objective:** This paper aims to report the experience of students, at the master's level, in activities in favor of affirmative actions for indigenous peoples. **Methods:** This production is a qualitative study of the experience report type, which presents a scientific narrative corresponding to a type of writing through experience. Here we report a formative experience of affirmative actions with the NEGRAS study center, developed in the following activities: Seminar on Affirmative Actions and Indigenous Peoples (i) and at Cine NEGRAS - Narratives with and about us: trajectories of indigenous peoples in Brazil (ii). The activities were aimed at the academic community of UFRB. **Results and discussions:** During the experience of the project, it was possible to have contact and appreciate knowledge and cultural manifestations, in addition to the development of discussions raised about student access and permanence, especially how affirmative actions are important for marginalized populations. **Conclusion:** Narratives such as that of the Pajé, as well as others told in the documentary, show how the process of distancing and demonizing an ancestral rite can generate several imbalances in that ancestral space and indigenous resistance, enhancing and producing health inequities, despite the movement of struggles and conquests since the colonial period.

KEYWORDS: Distribution by ethnicity. Indigenous Health Services. Higher Education Policy. Public policies.

Introdução

A trajetória dos povos indígenas sempre foi marcada por lutas para garantias de direitos e suas reivindicações, posto que constantemente estes são ameaçados ou desrespeitados. A pauta emergente sempre foi a posse pela terra, no entanto não é o único e exclusivo fator responsável pelas iniquidades e agravantes de saúde dos povos originários.

De acordo com Silva (2018), esta disputa fundiária decorre da grande especulação e expansão do agronegócio, que resultam no genocídio de povos originários, pois o direito a terra nunca foi reconhecido efetivamente pelo estado brasileiro.

A disputa por terras acontece desde que os lusitanos desembarcaram em terras brasileiras, com o discurso de “descobrimento”. Ora, mas não seriam os povos indígenas os próprios donos das terras brasileiras? Para além das terras lusitanas, eles aqui viviam em perfeita harmonia com a natureza e não o bastante sem notícias do mundo europeu, cercado por guerras e invasões de terras, exploração e escravização de diversos povos.

Ao desembarcar aqui a primeira esquadra portuguesa que se tem registro, no século XV, a visão era de expandir o império português e dominar para explorar.

Em meados de 1845, já no século XIX, onde o mundo europeu já vivenciava as ideias iluministas, no Brasil se estabelecia normas para administração dos povos originários, inclusive religiosa, através do decreto 426, que estabelecia a figura do diretor geral dos “índios”, que por sua vez, entre outros aspectos reforçam a catequese, enquanto instrução básica e modos civilizatórios como formas de dominação e desapropriação das culturas indígenas (De Freitas *et al.*, 2007).

A carta magna de 1988, a constituição cidadã, garante o direito à saúde e a terra, entretanto, mesmo com o instrumento legal e jurídico, como a Política Nacional De Saúde Integral da População Indígena instituída em 2002, observa-se uma ineficácia, pois o crescente aumento da vulnerabilidade social aos quais estas populações estão expostas são expressas nas condições de vida e acesso à direitos essenciais, cabe ressaltar a precarização do acesso aos serviços de saúde (Gomes; Esperidião, 2017).

As múltiplas características socioculturais desses povos, cerca de 896,9 mil indígenas, com 305 etnias e 274 línguas indígenas, dentre elas a salvaguarda dos saberes tradicionais e práticas de

cura estão inseridos como dispositivos da política a serem respeitados e incorporados às equipes de saúde indígena (Ibge, 2012).

As vistas do estado brasileiro a atenção à saúde indígena é reforçada com as ações e protagonismo dos povos originários, pois as ações e serviços de saúde oferecidos não abrangem as necessidades específicas destas populações assim como as suas demandas e agravos específicos, a citar: os altos índices para mortalidade infantil (Linartevichi *et al.*, 2022).

Muito embora existam os distritos sanitários da saúde indígena e os polos base, o subsistema da saúde indígena não atende as necessidades em sua totalidade, pois as equipes de saúde não conseguem manter o cuidado e em alguns casos, não existe referência, pois não há articulação entre as redes de atenção à saúde indígena, sendo exíguo em suma maioria. A situação se agrava, entre outros aspectos, por conta da descontinuidade do cuidado e a falta de vinculação das equipes de saúde, entre aldeados e não aldeados.

De acordo com Buss e Pellegrini Filho (2006) quanto ao fortalecimento das políticas públicas, as dificuldades/barreiras de acesso à educação constitui-se como um fator determinante social em saúde. Em 2012, foi instituída a inserção da reserva de vagas para indígenas nas universidades públicas, configurando-se como um marco na garantia de direitos para estas populações (Brasil, 2012).

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo relatar a vivência de estudantes, em nível de mestrado, nas atividades em prol de ações afirmativas para os povos indígenas.

Metodologia

Esta produção trata-se de um estudo qualitativo do tipo relato de experiência, o qual segundo Daltro e Farias (2013), trata-se de uma importante narrativa científica como afinidade a pós-modernidade, ainda, corresponde a uma modalidade de escrita cuja narrativa, através da experiência de singularização aponta para um dinamismo descentralizado da razão, pois está sempre aberto para a análise e permanente produção de novos saberes.

As atividades aqui descritas dizem respeito às ações desenvolvidas pela Pró – Reitoria de Política Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde – NEGRAS (Figura 01), e pelo Coletivo de Estudantes Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Figura 1 – Identidade visual do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Saúde. Santo Antônio de Jesus – Bahia. Brasil. 2024.



Fonte: NEGRAS, 2023.

Ambas as programações a serem aqui descritas foram realizadas no período de abril de 2023, nas dependências da universidade e contaram com a participação e organização de estudantes da graduação, pós-graduação, egressos, docentes, gestores e convidados filiados à UFRB e outras instituições de ensino e pesquisa. Vale destacar a atuação dos membros dos Programas de Pós – Graduação em Saúde da População Negra e Indígena (i) e História da África, Diáspora e Povos Indígenas (ii).

Nas seções a seguir, serão apresentados os principais resultados e reflexões encontrados na realização do: Seminário de Ações Afirmativas e Povos Indígenas (i) e no Cine NEGRAS – Narrativas com e sobre nós: trajetórias dos povos indígenas no Brasil (ii). A seguir (Figuras 02 e 03) são apresentados os *cards* utilizados nas publicações via Instagram, sites e e-mail para convidar a comunidade acadêmica a participar das atividades.

Figura 02- CARD de divulgação do Seminário sobre Ações Afirmativas e Povos Indígenas. Santo Antônio de Jesus – Bahia. Brasil. 2024.



Fonte: PROPAAE, 2023.

Figura 3 - Card de divulgação Cine NEGRAS. Santo Antônio de Jesus – Bahia. Brasil. 2024.



Fonte: NEGRAS, 2023.

Resultados e discussões

Seminário Sobre Ações Afirmativas e Povos Indígenas

A atividade foi realizada no auditório Dra. Fran Demétrio da UFRB, sob a organização da PROPAAE, NEGRAS, Coletivo de Estudantes Indígenas, Mestrado Profissional em Saúde da População Negra e Indígena, e o Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos

Povos Indígenas. A programação foi dividida em dois turnos: matutino e vespertino e contou com solenidade de abertura, roda de conversa, apresentação dos resultados de pesquisas desenvolvidas pela instituição, além de um momento aberto ao público para o levantamento de reflexões ou exposição de textos e poesias.

A abertura do evento foi realizada com o ritual indígena Toré/awê, conduzidos por Lu Yara, Joubert Kaimbé, Camila Tupinambá e Itaynara Rodrigues (Tuxá). Dessa forma, a condução do evento colocou os membros de diferentes comunidades indígenas como protagonistas e indivíduos aptos à reivindicação de direitos e levantamento das próprias demandas.

Assim, há um rompimento com uma característica histórica da sociedade brasileira, a qual vincula aos povos indígenas um estado de infância e que exige a tutela do estado. Desde a década de 1970, durante a ditadura militar, e apesar das mobilizações indígenas e do aumento das repercussões a despeito de suas articulações e da opinião pública, esta configura-se uma ferramenta legal com a hedionda pretensão de não reconhecimento da identidade destes povos (Ascenso, 2022).

Para além disso, a presença de membros de diferentes comunidades, carregados por grafismos e adornos inerentes às suas culturas contrapõem-se aos estereótipos que as unificam e negam sua pluralidade. Paralelamente, Nascimento e Silva (2022), em estudo acerca dos livros didáticos, destacam que quando não ocorre a análise destes materiais, estes podem atuar na perpetuação de estereótipos, ao passo que, quando utilizados da forma correta, são excelentes ferramentas para difundir a pluralidade cultural dos povos indígenas no Brasil.

Ademais, a forma como são confeccionado o cocar, os trajes, adornos, as diferentes pinturas e etc, é recheada de riquezas e particularidades pertencentes a cada povo e modo de viver. E, a redução dessas características a uma forma unitária, anula quaisquer tentativas de reconhecimento identitário, pois, o que define um indígena são seus laços sanguíneos e pertencimento a sua aldeia, e não suas características físicas.

Cine – negras Narrativas com e sobre nós: trajetória dos povos indígenas no Brasil

Seguindo a programação do evento, o NEGRAS promoveu o Cine NEGRAS (Figura 04), projeto que é desenvolvido ao longo do semestre que utiliza da ferramenta audiovisual para a inserção e engajamento de reflexões e discussões acerca de temáticas que dialogam com as interseccionalidades estudadas pelo núcleo. Essa edição foi contemplada com dois convidados ilustres e alunes do coletivo indígena da UFRB: Camila Tupinambá e Joubert Tuxá, além de ter a

mediação de Vânia Estefane e presença das professoras Denize Ribeiro e Maria da Conceição Rivemales.

Figura 04 – Participantes no CINE Negras. Santo Antônio de Jesus – Bahia. Brasil. 2024.



Fonte: NEGRAS, 2023.

O documentário brasileiro, dirigido por Luiz Bolognesi, lançado em 2018 com duração de 80 minutos, e intitulado “Ex-Pajé”, é um título intrigante, visto a posição do cargo, mas que entenderemos a motivação posteriormente. O filme evidencia dois grandes marcadores da história, a aculturação, e o etnocídio dos indígenas. Logo no início do filme o diretor traz a frase do antropólogo francês Pierre Clastres que diz “O etnocídio não é a destruição física dos homens, mas do seu modo de vida e pensamento” (Clastres, 2004, p. 56). Essa frase funciona como uma alusão ao que será apresentado no decorrer do longa, além da crítica a extração da cultura sem nenhum retorno para comunidade.

A produção narra parte da história de vida de Perpera Suruí, um pajé da etnia Paiter Suruí, localizada na região norte do Brasil, que conseguiu viver sem contato com o homem branco durante 20 anos da sua vida. Com a chegada desses estrangeiros no território indígena, levando consigo o processo de extração de madeiras ilegal e catequização, os moldes e costumes daquela comunidade antes isolada começaram a mudar, a início com o entendimento e perpetuação as práticas ancestrais.

Perpera Suruí o pajé daquela comunidade deixa de exercer o seu cargo, pois com a chegada das missões do cristianismo, houve um grande número de conversão à religião evangélica, processo que desencadeou o afastamento, exclusão e demonização das práticas ancestrais

utilizadas pelo pajé, incitados pelo branco pastor, que classificava as práticas utilizadas, milenarmente pelo grupo, como demoníacas.

Em diálogo com a história do Pajé, a trama se desenrola com a narrativa oral sobre picadas de cobras e o que se fazia para não evitar esse risco. Na cena o Pajé indica “Para não ser pego pela cobra, é preciso ter olho de fogo”, após esse diálogo, a mãe de uma família indígena, convertida ao cristianismo é picada por uma cobra no momento de colheita de mandioca. O evento foi tão grave que a indígena precisou de internação frente ao risco iminente de morte. Para além dos cuidados recebidos pela comunidade, através dos cuidados tradicionais de cura solicitados ao Pajé Suruí Perpera, enquanto alternativas e ritos que trariam bons espíritos para ela.

Há uma cena em que Perpera reflete “antes eles vinham me procurar, hoje toma aspirina”. Seguindo essa linha, um flagrante mostra uma mulher branca a distribuir remédios entre os Paiter Suruí, enquanto o ex-Pajé observa da janela da igreja, como alguém que antes era referência na vizinhança, agora é proibido de exercer sua função, precisando resguardar seus saberes.

Pensando em nesse processo de inserção forçada e interação com as práticas e rituais ancestrais dos povos originários, uma cena retrata o pajé chamando o neto para aprender a fazer a tintura para pintura corporal e ele não demonstra interesse visto que estava jogando no videogame, mostra de forma sutil como o processo de demonização implementada por cristões mexe com todo um constructo desenvolvido na comunidade.

Após a exibição do filme houve uma roda de conversa acerca das reflexões sobre as retratações da realidade representada na obra. Foram pensados inicialmente pontos de novas formas de fazer pesquisa, bem como, a devolutiva para a população que esteve disposta a contribuir com a confluência cultural. Outro ponto debatido foi como o processo de catequização cristã desvaloriza e desequilibra o ambiente e hierarquia das aldeias, uma vez que demoniza a religiosidade indígena, desenvolvendo um processo de rompimento com as tradições ancestrais.

Assim, ao pensar metodologias de pesquisas a serem aplicadas em comunidades tradicionais, Calegare, Higuchi e Forsberg (2013), destacam que os desafios se encontram nos recursos financeiros para implementação das pesquisas, principalmente no acesso às comunidades e soluções mediante as intempéries ambientais. Para além disso, as pesquisas desenvolvidas nestas comunidades exigem o domínio de diferentes linguagens na produção de conhecimento, posto que este processo emerge das interações e participação ativa destas comunidades, enquanto produtores de conhecimento.

Nessa perspectiva, Fonseca e García (2022), ao investigarem acerca do conhecimento ancestral identificado em uma comunidade tradicional, problematiza a ausência de diálogo com o

conhecimento científico produzido nas escolas, pois há uma ruptura entre os saberes, de modo a classificar o conhecimento ancestral como folclórico, inviabilizando a sua inserção nos processos educativos.

Conclusão

Narrativas como a da Pajé, assim como outras contadas no documentário, mostram como o processo de afastamento e demonização de um rito ancestral pode gerar diversos desequilíbrios naquele espaço de resistência indígena. Ademais, fica evidente que ações afirmativas como essa reforçam a relevância de discussões e acesso as múltiplas culturas dentro da universidade, sobretudo no campo da saúde, onde há diversas possibilidades de diálogos entre práticas de cura e saberes.

Referências

ASCENSO, J. G. S. Ângelo Cretã e Jair de Oliveira: dois vereadores indígenas, a tutela do estado e a emancipação. **Revista Transversos**, n. 25, p. 73 - 91, 2022. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/68010>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. Iniquidades em saúde no Brasil, nossa mais grave doença: comentários sobre o documento de referência e os trabalhos da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **Cadernos De Saúde Pública**, Rio De Janeiro, v.22, n.9, p. 2005 – 2008, 2006.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/4rwBHbDqtgcHDLFC3WSxZ9q/>. Acesso em: 10/12/2024.

CALEGARE, G. A. C.; HIGUCHI, M. I. G.; FORSBURG, S. S. Desafios metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinha amazônicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 571 – 580,

2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/wZ5CwgnD35Gghv7hdmSc7tt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 de dezembro de 2024.

CLASTRES, P. 2004. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

DALTRO, M. R.; de FARIAS, A. A. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.223 – 237, jan. a abr. 2019. Acesso em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43015>. Disponível em: 30 de maio de 2024.

DE FREITAS, R. B *et al.* Direitos dos índios e constituição: os princípios da autonomia e da tutela – proteção. **PPGCJ**, v.16, n.32, p. 1 – 42, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/view/34536>. Acesso em: 17 de maio de 2024.

EX-PAJÉ. Direção de Luiz Bolognesi. S.l.: Gullane, 2018. (81 min.), son., color. Legendado

FONSECA, Y. A. G.; GARCÍA, E. G. Conhecimento ancestral e conhecimento científico. **Revista de Estudos em Educação**, v. 24, p. 1 – 20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/4858>. Acesso em: 17 de dezembro de 2024.

GOMES, S. C.; ESPERIDIÃO, M. A. Acesso dos usuários indígenas aos serviços de saúde de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 5, p. e00132215, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2024.

IBGE. **Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas**. [2012]. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14262-asi-censo-2010-populacao-indigena-e-de-8969-mil-tem-305-etnias-e-fala-274-idiommas>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.

LINARTEVICHI, V. F.; BAGGIO, G. C.; KUTZ, D. A. S.; SILVA, M. A. M. da.; MADUREIRA, E. M. P. Challenges for health professionals in caring for indigenous peoples in Brazil – a review. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. e303111638156, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38156>. Acesso em: 11 de dezembro de 2024.

NASCIMENTO, E. A.; da SILVA, F. P. As visualidades da cultura indígena em livro didático. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v.9, n.1, p.159 - 170, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3784>. Acesso em: 17 de dezembro de 2024.

SILVA, E. C. DE A. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 480–500, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/>. Acesso em: 17 de março de 2024.